

A Reforma Agrária e a Sociedade Brasileira

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST

Expediente

A reforma agrária e a sociedade brasileira, é uma publicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Texto: Ademar Bogo

Diagramação: Zenaide Busanello

São Paulo, junho de 1996

Sumário

Introdução.....	3
I - A modernização capitalista e a nova realidade no campo.....	6
II - O Movimento Sem Terra: evolução da estratégia.....	10
III - MST: desafios da organicidade interna.....	14
IV - Reforma agrária e a luta de classes.....	17
V- A reforma e o envolvimento de toda sociedade.....	22
VI - Conclusão.....	26

Introdução

A luta pela reforma agrária no Brasil sempre se deu através do enfrentamento de duas posições distintas: os que usam a terra como meio de especulação e reserva de valor, acobertados pela lei que lhes assegura o direito à propriedade privada da terra, e os trabalhadores que querem a terra para produzir alimentos e garantir a sobrevivência de suas famílias, dando-lhes uma função social e colocando-a a serviço da pessoa humana.

Para o surgimento das lutas durante toda a história do Brasil, sempre foi necessário se fazer reuniões, elaborar propostas, traçar estratégias e estabelecer normas de funcionamento, constituindo-se assim as organizações populares.

O fator organização sempre foi determinante de ambos os lados na busca da defesa dos direitos. Direito legal, onde a lei estabelece garantias para o indivíduo apoderar-se da quantidade de terra que quiser, e o direito *social e legítimo*, dos que querem e precisam da terra para viver. Portanto, a luta pela terra e pela reforma agrária, sempre foi e continuará sendo, uma luta entre classes sociais, porque ela é produto das contradições existentes na sociedade.

Houve épocas em que falar de reforma agrária e de comunismo para muitos, era a mesma coisa, pois isto fazia parte da luta ideológica que a burguesia queria fazer contra os trabalhadores e contra a transformação da sociedade. De certa forma, as duas se confundem porque uma verdadeira reforma agrária só virá com a transformação do modo de produção capitalista. Por isso a burguesia sempre teve medo da luta dos trabalhadores, mesmo quando tivesse apenas objetivos econômicos e imediatos, porque o perigo não está na conquista imediata da luta, mas sim, na continuidade que esta conquista estabelece com o futuro.

É participando da luta que se aprende a participar. Este hábito vai se adquirindo pouco a pouco. Por isso é que muitos trabalhadores passaram pela barreira da exclusão e se transformaram em agentes sociais, através da

participação na luta pela reforma agrária. Esta reintegração do indivíduo ao sistema de produção é a grande prova de que é possível conquistar a terra para produzir e juntamente resgatar a cidadania perdida pela exclusão dos trabalhadores do processo produtivo.

Esta reintegração do indivíduo ao sistema de produção fará com que ele resolva não somente os seus problemas, mas contribua para resolver os graves problemas que ora enfrentamos na sociedade brasileira, principalmente a fome e a indigência.

Este entendimento deve multiplicar-se em toda a sociedade, tendo em vista que, se há fome e exclusão de pessoas da sociedade, é porque a agricultura não está organizada para produzir alimentos em quantidade suficiente para todos. Logo, o problema não é apenas de quem passa fome por não ter com que comprar, mas também daquele que não consegue comprar alimentos em quantidade suficiente e de boa qualidade. Portanto a reforma agrária não pode ser bandeira apenas dos Sem- Terras e nem responsabilidade da categoria dos “sem terras” para realizá-la. É, sim, um problema que deve envolver todos aqueles que possuem sentimento de solidariedade humana. E principalmente toda a classe trabalhadora.

Vejamos agora este problema de outra forma. A luta pela terra, por sua lógica de ação, não se diferencia da luta por emprego na cidade, isto porque todos querem resolver seu problema econômico imediato e empregar sua mão-de-obra. O que pode diferenciar de um para outro indivíduo são as habilidades específicas.

O êxodo rural foi esta tentativa desastrada de querer resolver os problemas sociais através do emprego na cidade ou, então, propositalmente, não se tomou nenhuma medida para manter o homem no campo produzindo para si e para a sociedade como um todo.

Hoje inevitavelmente temos que fazer o caminho de volta. Fazer uma verdadeira reforma agrária para que os trabalhadores excluídos possam ser reintegrados ao processo produtivo.

Neste sentido, a reforma agrária deve interessar a toda a sociedade, pois não se trata de uma simples distribuição de terra, mas se trata, sim, de

um conjunto de medidas que visem além do desenvolvimento da agricultura, o desenvolvimento da indústria e do comércio nos municípios do interior do Brasil.

O conceito de reforma agrária hoje deve ser mais amplo do que a simples distribuição de um pedaço de terra para uma família trabalhar individualmente. É necessário que a agricultura se vincule à indústria e ao comércio, possibilitando aos trabalhadores rurais condições de criarem suas próprias empresas. Neste sentido a mão-de-obra “excedente” do trabalho agrícola, ao invés de deslocar-se para os grandes centros, deverá permanecer na agricultura, sendo empregada em outras atividades que não sejam tipicamente agrícolas.

Isto virá através da cooperação. Não será possível avançar na relação do desenvolvimento das forças produtivas se a reforma agrária continuar sendo apenas distribuição de terra e orientada pelas idéias arcaicas do INCRA que tem sido uma estrutura intencionalmente colocada contra a reforma.

Portanto, hoje a reforma agrária se tornou uma necessidade obrigatória e não se trata de ser a favor ou contra. Trata-se de entender que, sem o desenvolvimento da agricultura, priorizando a produção de alimentos e matéria prima para a indústria, não haverá desenvolvimento sustentável na cidade e tampouco haverá integração dos excluídos ao processo de produção. Neste sentido, é preciso impor a necessidade da maioria contra a vontade da minoria.

Esta evolução no pensamento e na compreensão da questão agrária brasileira é fruto do aprendizado histórico destes dez anos de existência do Movimento Sem Terra. Cabe a nós a responsabilidade de incentivar a participação de todos aqueles que querem uma sociedade mais justa e igualitária na luta e na defesa da reforma agrária no Brasil.

I - A modernização capitalista e a nova realidade no campo:

É inegável que, a partir da década de sessenta para cá, houve profundas mudanças no que se refere à área rural brasileira. Só para se ter uma idéia, no final da década de 50, quando praticamente se iniciava a industrialização no Brasil com o governo de Juscelino, cerca de 75% da população vivia no campo e apenas 25% da população morava nas cidades. Cerca de 40 anos depois, esta porcentagem se inverteu totalmente e na atualidade, cerca de 80% da população brasileira já mora na cidade.

A tomada do poder pelos militares em 1964 estabeleceu uma nova política de relacionamento com os trabalhadores rurais e principalmente com suas organizações.

Para frear as mobilizações, os militares usaram dois instrumentos fortes que funcionaram imediatamente na cabeça do camponês: a lei e a repressão. Pelo lado da lei lançam o Estatuto da Terra que, segundo eles, seria para implantar a reforma agrária no Brasil e, portanto, toda mobilização, principalmente as que foram encabeçadas pelas Ligas Camponesas “só atrapalharia”. Pelo lado da repressão agem de forma rápida dentro dos sindicatos que o governo anterior, João Goulart, havia incentivado a criar, prendendo e assassinando seus líderes, intervindo nos sindicatos e nomeando “dirigentes” que fossem a favor ao regime. Com isso, em pouco tempo é eliminada no campo qualquer tipo de resistência. Os militares vão se sentir plenamente à vontade para implantar “seu projeto” de desenvolvimento agrícola em duas direções: em projetos de colonização, no intuito de transferir para as regiões de “fronteira agrícola” contingentes de trabalhadores que sonhavam com sua terra própria para morar e viver e para o “desenvolvimentismo” ou “modernização da agricultura”, com a substituição da agricultura por empresas rurais. A modernização baseou-se na adoção de técnicas vindas dos países ricos, principalmente dos Estados Unidos da América, com uso de máquinas, insumos químicos, instalação de complexos agro-industriais etc.

Com isso, a agricultura brasileira irá sofrer uma modificação vertiginosa em algumas regiões, e começa a pressionar os pequenos agricultores a arrendatários a deixarem suas terras para serem “melhor” aproveitadas pelo grande capital. Outros, iludidos e também pressionados pelo chamado “milagre brasileiro”, foram atraídos pela promessa de emprego nas indústrias e prestação de serviços nas nas cidades, provocando um rápido despovoamento do campo. Ou seja, o êxodo rural cresceu em uma velocidade sem igual.

Poderíamos elencar diferentes fatores que iriam proporcionar diferentes desafios para quem quisesse se contrapor ao regime.

- a) Introdução de novas tecnologias na agricultura, substituindo o trabalho humano pelas máquinas em determinadas regiões, proporcionando um excedente de mão-de-obra, que irá migrar para outras regiões e para os grandes centros.
- b) Substituição e produção de novos produtos, como por exemplo, a produção extensiva da soja, que irá servir para a produção de óleo, substituindo a banha de porco produzida em grande quantidade nas pequenas propriedades e também nos centros urbanos. Isto, por sua vez, irá modificar o hábito alimentar e fará com que se substitua o suíno tipo banha, por um tipo de carne que, mais tarde, só seria possível criar com a integração aos complexos agro-industriais. E assim, uma infinidade de produtos vão sendo substituídos, colocando em dificuldade a pequena e média propriedade.
- c) Surgimento dos supermercados que também contribuam para a desestruturação das comunidades rurais e influam na substituição de produtos e no hábito alimentar das famílias rurais e urbanas. Por exemplo, aos poucos, em qualquer lugar no interior, era possível se encontrar margarina, mortadela, sardinha enlatada etc.
- d) Multiplicação de novas categorias e profissões entre os trabalhadores, como por exemplo, assalariados temporários e permanentes (surgimento do bóia-fria), surgimento dos integrados (mais tarde), aumento de sazonalidade que praticamente destruiu

a vida comunitária no interior pois aumentaram as correntes migratórias, aumento de emprego nas empresas rurais, seja na operação de máquinas ou no emprego de vaqueiros, tanto no gado de corte, como no rebanho leiteiro, aumento do contingente de trabalhadores sem-terras principalmente pelos filhos de pequenos proprietários que irão constituir família e já não poderiam sobreviver na pequena propriedade.

- e) Aumento dos arrendamentos (parceria) em algumas regiões, em substituição a outras formas de trabalho principalmente no centro sul na produção de grãos, café e algodão. Nas outras regiões, com a construção de rodovias há um aumento temporário dos arrendamentos tendo em vista que, nas faixas que margeiam as rodovias, se necessitava desbravar as matas para implantar pastagens para a criação de gado. Este trabalho era feito através de arrendamento devendo o arrendatário, após a safra, fazer o plantio de capim e procurar outra terra para produzir. Com o tempo irá diminuir este contingente.
- f) Pelo lado organizativo, praticamente ficam apenas os sindicatos de trabalhadores rurais, que são organizados em cada município com todos os trabalhadores rurais. O governo estabelece um sistema de cooptação envolvendo os sindicatos na trama da “previdência”. Confundiu sindicato com FUNRURAL, obrigando o trabalhador doente passar pelo sindicato onde teria médico, dentistas, etc.

Estas e outras características irão modificar a fisionomia do campo brasileiro e aumentar os desafios, tanto para permanecer no campo, como também para quem queria retomar as mobilizações.

Através do trabalho conscientizador, principalmente da Igreja Católica a partir da década de setenta, se inicia a luta pela disputa das diretorias dos sindicatos. Isto é feito com bastante sucesso e irá dar origem a uma tendência sindical chamada de “sindicalismo combativo” que passa a assumir os sindicatos, contestando e eliminando, na prática, o assistencialismo do governo e tirando de dentro das sedes o atendimento médico e dentário.

Mas isto não foi suficiente para organizar e inovar a prática sindical

pois, neste momento, muitos trabalhadores já não viam mais função nenhuma no sindicato e acabaram se afastando dele.

Por outro lado, o movimento sindical, com assessoria basicamente da CPT, não conseguiu interpretar as várias mudanças que ocorreram naqueles últimos tempos e continuou com os sindicatos por município, mesmo que em alguns já tivesse diminuído em muito os pequenos proprietários ou aumentado enormemente a migração permaneceu como uma “central” municipal, que queria resolver os problemas de todos os trabalhadores das diferentes categorias em formação.

Na verdade, era o sindicato dos pequenos proprietários, com a visão dos pequenos proprietários (pois as diretorias eram formadas por pequenos proprietários) querendo representar todos os trabalhadores que, por sua vez, tinham diferentes necessidades e diferentes tipos de reivindicações não contempladas dentro do movimento sindical rural.

Aos poucos, “paralelamente”, irão surgir diferentes tipos de mobilizações que mais tarde se conformariam em movimentos e em alguns lugares, surgirão sindicatos de categorias como, por exemplo, de assalariados rurais.

Isto foi possível acontecer por que alguns elementos da CPT, principalmente nos estados do sul do país, alguns sindicatos e membros da Igreja Católica através, da pastoral social, conseguiram interpretar as novas formas de organização que surgia e reforçaram estas iniciativas.

II.O Movimento Sem-Terra: evolução da estratégia

Aquilo que seria o MST posteriormente, surgiu como uma articulação de trabalhadores levados pelas assessorias que queriam intercambiar experiências e integrar as áreas de conflito. Embora os conflitos maiores se dessem no norte e nordeste na época (1979), é no sul e sudeste onde, por questões políticas, surge a nova forma de luta que é a ocupação e o acampamento de trabalhadores com a nova denominação de “sem-terras”. Em 1984 acontece o encontro principal desta articulação, em Cascavel, no Paraná, com representantes também do Norte e do Nordeste. Dá-se um nome a esta articulação: passou a se chamar Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Mas isto ainda não significava que já era um movimento organizado, tanto assim que, por avaliação das assessorias, decide-se logo em seguida organizar um Congresso Nacional de Trabalhadores Sem-Terra de todo o Brasil, que, de fato, veio a se realizar no final de janeiro de 1985, na cidade de Curitiba, onde oficializou-se a criação do MST, com a composição da coordenação nacional (ainda simbólica) tendo dois membros de treze estados do Brasil.

De certa forma, este ainda era o Movimento da pastoral e do Movimento sindical. Os militantes se dividiam entre trabalho sindical e as assessorias entre o trabalho pastoral e os “Sem-Terras”.

Não havia ainda uma ideologia formada e enraizada no meio dos sem-terras, tanto assim que a palavra de ordem que norteou era de certa forma a estratégia do MST naquele momento: “Terra para quem nela trabalha”, demonstrando que quem possuísse terra mas que não produzisse deveria entregá-la para quem quisesse trabalhar. Isto fundamentava qualquer explicação sobre a “reforma agrária” que se queria. Era fundamentalmente a terra.

Esta orientação estratégica irá continuar até início de 1988 quando da elaboração da nova constituição, e já tenho experimentado através das ocupações que a reforma agrária não sairia tão facilmente, já em 1986 começa a se esvaziar um “fórum da reforma agrária” que era o ajuntamento de entidades de assessoria e ONGs que apoiavam a reforma agrária. Os fazendeiros se organizaram em 1985 e ameaçavam eliminar todos os que tentassem liderar qualquer iniciativa em direção à reforma agrária. Muitos recuaram. Isso levou o MST a redefinir a palavra de ordem. Estratégica pois os trabalhadores acampados e as ocupações agora já eram uma realidade em todo o Brasil. Com este “abandono” das ONGs e entidades de assessoria, o Movimento torna-se mais vulnerável e o governo, através das políticas militares e federal, iniciam uma ofensiva que irá ficar ainda mais forte no governo de Fernando Collor de Mello.

A repressão foi ficando mais forte a partir de 1988 quando os despejos deixaram de ser negociados, pois até aí, quem aparecia eram os bispos e padres para negociar pelos trabalhadores. Com o recuo das entidades não havia mais intermediários e a polícia passou a fazer os despejos das áreas ocupadas e não deixava mais acampar. Muitos despejos foram até das beiras das estradas, de onde cada família era levada de volta para seu lugar de origem, numa tentativa de desmobilizar as ocupações de terra.

Mas nem a polícia, e nem tampouco o governo, contavam com um elemento fundamental no sentimento dos trabalhadores que é a “vergonha” de voltar para o lugar de origem pois ao sair tinham sido desmotivados pelos vizinhos e tinham garantido a eles que não voltariam que iriam garantir o seu pedaço de terra e que quem não fosse é que perderia. E agora, voltar escoltados pela polícia não era mais possível. O jeito era acompanhar as lideranças para acampar em algum outro lugar. No nordeste, outro fator que contribuiu para refazer os acampamentos, foi a situação dos acampados que, para acampar, ou vendiam sua casinha para conseguir alguns recursos ou, se morassem de aluguel, entregavam a casa e não tinham mais para onde ir. Neste sentido era melhor voltar a ocupar mesmo porque muitos acampados ficavam marcados pela sociedade local e certamente jamais conseguiriam trabalho ali. Não havia outra alternativa, o jeito era voltar, mesmo sob repressão, para os acampamentos.

Esta repressão fez com que o MST redefinisse sua estratégia que ficou estampada na palavra de ordem: “ocupar, resistir e produzir”. Ocupar era a reafirmação da forma de luta, resistir era devido à repressão; e produzir era em contestação à UDR que chamava os sem-terras de “preguiçosos e vagabundos”.

Para evitar o isolamento, surge uma nova forma de luta e de pressão com os acampados e assentados, que foram as caminhadas pelas rodovias perfazendo centenas de quilômetros, passando até meses para se chegar à capital. Isto fez com que a luta fosse dirigida para a cidade e aqueles que queriam demonstrar para a sociedade que eram as grandes vítimas, passaram a serem vistos como verdadeiros heróis, por se disporem a caminhar e a reivindicar seus direitos legítimos. Por onde as caminhadas passavam, se estabelecia um diálogo entre os “Sem-Terras” e a sociedade e, com isso, o apoio das entidades que de certa forma, se mantinha na retaguarda, foi substituído e reforçado pelo apoio da sociedade.

Passada a crise do Governo Collor, internamente e em diferentes fóruns de discussão, como na secretaria agrária do PT, se inicia um debate e há um amadurecimento na compreensão da reforma agrária, de que sua realização dependeria da tomada do poder. Faze-se, então, uma divisão no entendimento do que seria a luta pela terra travada até o momento e que deveria continuar, e a luta pela reforma agrária que deveria somar-se com a luta pelo socialismo.

Esta compreensão leva a ampliar as discussões e também as alianças. O MST agora já não é mais um Movimento que ocupa apenas latifúndios mas, além disso, vai para as cidades contribuir na luta de outras categorias; com os operários e os petroleiros também nas greves e, posteriormente, na ocupação das refinarias de petróleo e com as demais categorias como a dos professores, motoristas etc., chegando por ocasião da realização do terceiro congresso a se elaborar novamente uma palavra de ordem que estampa a intenção estratégica “reforma agrária uma luta de todos”.

Esta trajetória não ocorreu com as demais categorias que se multiplicaram ao longo dos anos. Os assalariados ensaiaram organizar sindicatos próprios mas não chegaram a ser um movimento de massas; os

pequenos proprietários, tampouco, e os arrendatários praticamente foram sendo extintos pouco a pouco, assim como os posseiros que praticamente subsistem somente no norte.

Com isso, os sindicatos dos trabalhadores rurais foram ficando sem função, entrando numa profunda crise e há anos não conseguem encontrar o seu rumo.

Surgiram outros movimentos sociais no campo que se mantêm e, de acordo com momentos específicos se destacam, como Movimento de Mulheres Agricultoras e dos Atingidos por Barragens, que se localizam mais no sul do país.

Por outro lado, embora a categoria “sem-terra” tenha descoberto que poderia crescer em torno das necessidades específicas, proporcionalmente vem perdendo força ano a ano, pois há uma ligeira mudança nas características dos trabalhadores sem terras, que hoje não chegam a cinco milhões de famílias e que não habitam e, em parte não trabalham exclusivamente na agricultura. Ou seja, o desenvolvimento do capitalismo através da modernização exclui, desde o início, a grande massa de trabalhadores rurais e aumentou a lumpenização pela exclusão tecnológica. No norte e nordeste onde o capitalismo, somente nos últimos tempos começa a se modernizar, não necessita da mão-de-obra dos mais pobres, e nas regiões de cana-de-açúcar os assalariados já fazem parte da categoria dos operários agrícolas.

Somado a isso, temos encontrado como impecilho o modelo de reforma agrária usado pelo INCRA, que privilegia a propriedade familiar que está em crise pela competição capitalista e, principalmente, pela ineficiência do próprio INCRA em atender à demanda de trabalhadores sem terra que ocupam. Pela demora em resolver o problema, acabam desistindo e permanece uma minoria acampada, completamente desqualificada em algumas regiões. Levará anos para se reintegrarem ao processo de produção modernizado.

A realização da reforma agrária no Brasil não será mais obra específica dos trabalhadores sem terra, mas sim de todos aqueles que acreditam ser possível resolver os problemas sociais brasileiros, sobretudo o da eliminação da fome.

O que se tem conseguido até o momento mostra que é possível resistir ao capitalismo e suas políticas neoliberais, através da organização popular. Sem isto, já há muito tempo os trabalhadores estariam perambulando nas periferias das cidades, sem sonhos e sem esperanças de um dia conseguir melhorar de vida, tendo o mínimo de conforto.

III. MST: desafios da organicidade interna

Embora sejamos um Movimento de Massa, sempre tivemos a preocupação de ter o mínimo de organização interna para que nos períodos em que diminuem as mobilizações, o Movimento não se dispersasse.

Inicialmente, além das instâncias normais, tentamos dar organicidade a partir da criação de setores e também da criação de associações nos assentamentos. Mais tarde, partimos para a criação de núcleos que não tiveram êxito, tendo em vista que o Movimento ainda não tinha uma estratégia definida e os núcleos tinham dificuldades em encontrar tarefas concretas para realizar. Com isso iam perdendo a motivação de se reunir. Avançamos para diversificação nas formas de organizar a cooperação e, recentemente, elaboramos o programa agrário, que até há pouco tempo acreditávamos “ser tarefa de partido, movimento de massa não precisa disso”. Elaboramos o programa agrário e estamos aprofundando a formulação de uma estratégia, se bem que ela já está com sua principal linha elaborada, expressa na palavra de ordem “reforma agrária, uma luta de todos”. Cabe agora sistematizar melhor esta estratégia e apresentar as táticas para sabermos como envolver toda a sociedade nesta luta para efetivarmos a reforma agrária.

Voltamos na questão da organicidade, a implementar os setores a partir da base. A cada dez famílias, basicamente, terá que ter um representante de cada setor, ou seja, cada dez famílias terá um representante no setor de produção, educação, formação, jornal, finanças e outros. E em

cada assentamento haverá um núcleo, ou mais, de cada setor, formado por estes representantes de setores de cada dez famílias. Com isso, haverá possibilidade de todos os companheiros assentados participarem das decisões, pois esta organicidade lhes possibilitará esta condição.

Além disso, é possível fazer com que outros companheiros que não estão nos assentamentos possam contribuir com a reforma agrária, formando seus núcleos, para vincular a luta pela reforma agrária ao seu ambiente de trabalho ou disputando espaços em órgãos governamentais ou instituições que possam servir e desenvolver a luta em torno da reforma agrária. Exemplo: se, em um município, existem muitos assentamentos, a prefeitura local deverá estar voltada para isto, mesmo que o prefeito não seja um assentado, mas necessariamente deverá ser alguém que acredite na reforma agrária.

Esta política terá dois desafios a serem resolvidos:

1º) O determinismo dirigista

O determinismo dirigista diz respeito ao método de direção, de já levar tudo decidido para os assentamentos ou tratar tudo em assembleia, sem que haja tempo de reflexão e participação dos assentados. É preciso que o assentado continue sendo Movimento, ou seja, o assentado deve continuar mobilizado, caso contrário, ele não é mais movimento, se estabiliza e não se movimenta mais para buscar, nada para si nem para os outros. Movimento de Massa é isto. É estar permanentemente mobilizado.

Logo, o assentado deve ser sujeito e não instrumento. Através dos núcleos e dos setores é possível fazer com que este processo seja fortalecido e implementado. Portanto, a organização dos núcleos não é apenas uma determinação que pode ser cumprida, sim ou não. Neste entendimento é *obrigação* organizar os núcleos através dos setores se quisermos manter o Movimento de Massa funcionando. Pois, não significa que pelo fato do indivíduo estar assentado, automaticamente Movimento. Ele somente será Movimento se permanecer mobilizado e organizado, caso contrário,

ele será apenas um ser social como qualquer outro, em qualquer outro lugar.

A falta de organicidade favorece e dá condições para os dirigentes e tornarem autoritários e paternalistas, decidindo, negociando e encaminhando decisões em nome da massa. Isto não leva a lugar nenhum, a não ser para o abismo, pois no dia que faltar o dirigente, não haverá continuidade e se terá que iniciar tudo novamente.

Portanto, não importa o grau de escolaridade, nível de militância, etc; é necessário haver esta organicidade para que se possa garantir a permanência do Movimento de Massa.

2º) O assistencialismo oportunista:

Se o determinismo peca pelo autoritarismo o assistencialismo peca pela benevolência. Há uma substituição concordada do sujeito que passa a exercer um papel de expectador, enquanto alguém lhe trás alguma coisa material para satisfazer parte das necessidades.

As ONGs tem atuado muito nesse campo e, segundo alguns estudiosos, estão dentro da estratégia do imperialismo para tornar o povo passivo e dar emprego para lideranças e assessorias, que deveriam organizar o povo para lutar, mas que se contentam e se acostumam a elaborar projetos e aplicá-los, cabendo-lhes o papel de gerenciadores de recursos e prestadores de contas, com amplos relatórios das atividades às entidades mantenedoras.

Aquilo que poderia ser estratégico transforma-se em tático, aquilo que deveria ser global, torna-se particular, pois estes verão apenas as partes e se esquecerão do todo.

Para os trabalhadores e para as comunidades o prejuízo é ainda mais perverso porque tudo vem para “amenizar” o sofrimento. Por exemplo, se está caindo o telhado uma escola, ONG, ao invés de organizar e instigar o povo a ir reivindicar do prefeito ou do governo do estado, oferece dinheiro para a reforma e ainda incentiva a fazer a obra em forma de mutirão, que é para sobrar os recursos da mão-

de-obra. Isto fará com que os trabalhadores não vejam quem é o inimigo que deixou a escola ficar naquele estado e, muito menos, despertará um mínimo de consciência, pois tudo foi feito na paz e na harmonia, trazendo um consolo por ter conseguido melhorar a escola, sem sair do local.

Esta política já é usada no nordeste do Brasil, pelo menos há duzentos anos. Os políticos e os coronéis manobram o povo dando-lhes algumas coisas em troca do voto nas eleições. Agora, de forma mais crítica, as ONGs cumprem o mesmo papel.

E isto acontece internamente no MST com a busca de créditos em alguns assentamentos. Muitos são os assentados que só participam das assembleias quando tiver em pauta o assunto “crédito” e se este assunto for tratado por primeiro, o presidente da associação ficará sozinho para encerrar a assembleia, porque este era o único ponto que interessava. Muitas diretorias ou presidentes de associações e cooperativas, no intuito de contribuir mais com a organização, acabam substituindo a maioria dos associados que somente ficarão sabendo dos resultados e passam até anos sem se mobilizarem para nada.

Estas práticas muitas vezes são decorrentes de desinformação. Neste sentido é possível eliminá-las, mas em muitos casos são conscientes e propositais, e deverão ser enfrentadas e combatidas.

IV. Reforma Agrária e a luta de classes

Embora, com a crise dos países do leste europeu muitos teimem em afirmar que a luta de classes já não existe, e que o caminho para resolver os problemas sociais é através das negociações, o capitalismo continua existindo e, portanto, a luta de classes é ainda mais forte que nunca. A justiça social não se conseguirá pelo consenso, a burguesia jamais deixará de ser burguesia voluntariamente.

As análises feitas anteriormente, nos dão o indicativo de que a modernização da agricultura, ao mesmo tempo que multiplicou as categorias, excluiu uma infinidade de trabalhadores do processo produtivo, por não terem qualificação, pois na indústria e na prestação de serviços também houve avanços tecnológicos. Logo, estes trabalhadores que em grande parte saíram do campo, não foram absorvidos pelo trabalho nas indústrias, aumentando assim o contingente dos excluídos.

Este processo concentrador de renda, de tecnologia, de conhecimentos etc., faz com que a pobreza no Brasil cresça em torno de 10% ao ano. Hoje já temos mais de 62 milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza e destes, cerca de 32 milhões estão na completa miséria, recebendo uma denominação pouco original de "indigentes". Antigamente indigente era quem não tinha documentos e os parentes não o reconheciam como tal. Hoje já se aplica este conceito propositalmente pelos capitalistas demonstrando que estes indivíduos que "ninguém" mais requisita, passam a ser inúteis para o capitalismo e por isso são indigentes. Na análise marxista estes indivíduos eram qualificados como exército de mão-de-obra de reserva e, com o tempo, se transformariam em lumpens que é quando o capitalismo já não quer mais explorá-los.

Ora, se a miséria aumenta desenfreadamente e, em contrapartida, a riqueza se concentra também aceleradamente, como é que se pode extinguir a luta de classes? Aí é preciso resgatar os velhos conceitos de que, "enquanto houver classes sociais, haverá luta de classes". Isto quer dizer que não é porque caiu o muro de Berlim que se extinguiram as classes sociais, estas irão existir ainda pelas diferenças, no socialismo, sendo eliminada a alta burguesia e se extinguirão totalmente no comunismo, onde a sociedade terá igualdade. Claro, para aquele que usava o marxismo apenas como ideologia e não como ciência, certamente ao negar o socialismo, estará negando também o comunismo e toda a ciência marxista que deve continuar sendo desenvolvida. Estes são semelhantes aos desertores que no primeiro abalo já entregam tudo e passam a defender o outro lado. Na verdade são desertores da ideologia e da ciência.

A luta de classes hoje deve resgatar seu entendimento de origem.

Pela prática do movimento sindical no Brasil que, de certa forma, teve muita força durante e após ao regime militar, confundiu-se as lutas de categorias específicas com luta de classes. Não se pode negar que foram e são, mas continuarão sendo sempre lutas corporativistas, ou seja, elas não visam combater e destruir o sistema de exploração que seria a destruição do modo de produção. Visam melhorias econômicas e imediatas. Estas e outras lutas no passado não tiveram muita a articulação entre uma categoria e outra, haja visto que até hoje não se conseguiu organizar no Brasil uma greve geral que tivesse êxito, a não ser no início do século.

A luta sindical não ataca o inimigo verdadeiro, ela leva os operários a combaterem, ora o patrão, ora o governo, mas não necessariamente eleva a consciência operária para combater o estado, o modo de produção e o imperialismo.

Além de serem lutas pouco consequentes, na medida em que os trabalhadores alcançam parte ou todas as reivindicações, voltam ao trabalho e só lembrarão de mobilizar-se quando o salário estiver defasado novamente.

Portanto, até o momento prevaleceu no Brasil, lutas de categorias, corporativistas e economiscistas, e pouco se avançou na luta de classes.

A luta pela terra também tem este caráter, luta contra o latifundiário e o governo para se conseguir um pedaço de terra . Mas esta luta não irá além disso, se permanecer com esta visão corporativista.

Isto não quer dizer que a luta sindical e econômica não seja importante. É sim. Mas, para a transformação da sociedade capitalista, é apenas o primeiro passo onde os trabalhadores aprendem e despertam para a luta. A consciência de classes vai além da luta econômica e da esfera de sua categoria específica.

Vejamos um exemplo de como é baixa, ou quase inexistente, a consciência de classe do povo brasileiro. O congresso nacional já há vários anos e principalmente nos últimos meses entregou ao capital internacional e também para o capital nacional o petróleo, os minérios e uma infinidade de estatais que são patrimônio histórico e estratégico para o país. No entanto, a população praticamente não se mobilizou. Nem mesmo as categorias em

greve colocaram em questão este atentado contra o país. É sinal que tem muita coisa errada em nossas lutas. Porque já são mais de 20 anos de luta e os trabalhadores ainda não aprenderam a reagir e a se indignar contra as injustiças, a violência, o genocídio contra os pobres.

A bandeira da reforma agrária, dependendo de como for entendida, poderá ser um elemento aglutinador de classe trabalhadora brasileira. Por diversas razões.

Primeiro: porque qualquer ser humano depende de alimentos vindos da agricultura, ou seja, qualquer ser social necessita alimentar-se, seja ele policial, padre, médico, advogado ou dentista. A agricultura ainda é a fonte de subsistência humana. Portanto, qualquer ser social terá interesse em continuar ou querer se alimentar bem.

Segundo: porque a reforma agrária é a forma mais simples e mais barata para reintegrar os excluídos ao processo de produção, seja de forma desenvolvida ou rudimentar. O ser humano no mínimo para ter dignidade humana deverá produzir seu próprio alimento. Esta tarefa é tão irracional que qualquer animal procura seu próprio alimento quanto mais o homem. Basta, portanto, que se libere o ser humano para conseguir. E não basta argumentar que muitos não trabalham e por isso passam fome. É preciso lembrar que os empregos ficarão cada vez mais difíceis no capitalismo, devido à competitividade e a agricultura, mesmo sendo explorada de forma rudimentar, poderá produzir excedentes que facilitará desenvolver políticas sociais com alimentação farta.

Terceiro: a reforma agrária poderá ser o ponto de partida sério e consequente para defendermos a terra, o ser humano e a natureza. A defesa da ecologia só terá sentido se conseguirmos fazer uma ampla reforma agrária, redefinindo a estrutura agrária brasileira, planificando a produção pelas regiões, desmatando o que for necessário e reflorestando onde deve ser obrigatório.

Mesmo assim, nossa consciência ecológica deverá rejeitar áreas para assentamentos que devastem a floresta e exigir que o governo as declare como áreas de preservação ecológica. Poderemos e devemos ter a ousadia

de ocupar áreas de florestas que estão sendo desmatadas com nossos assentados, para exigir a proibição de desmatamento e a preservação da flora e a fauna.

A burguesia já não tem escrúpulos e não explora somente o ser humano, mas faz da própria natureza reservada para manter a espécie humana, fonte de lucro.

Mas o ponto de partida não deve ser a ecologia, mas sim a realização da reforma agrária, onde tanto o homem como a árvore terão o direito a viver e produzir em paz.

Quarto: porque a reforma agrária poderá produzir sem envenenar o homem e a natureza. Os insumos e venenos tornaram-se em nosso tempo elementos da cultura e da sabedoria camponesa, que nada mais é que continuação da ignorância imperialista que impõe pacotes tecnológicos para os pobres do mundo consumirem, pagando com a vida.

Com a realização da reforma agrária toda a população seria beneficiada, desde quem produz, até quem consome, pois serão globalizadas as tecnologias que não prejudiquem o homem e a natureza.

Quinto: diminuirá o custo da produção e os produtos alimentícios custarão menos ao consumidor, além de serem de melhor qualidade.

A população, na sua grande maioria concentrada em grandes centros, poderá beneficiar-se através da organização dos postos de compra e repasse de mercadorias produzidas nos arredores.

Estas e tantas outras vantagens a população em geral poderá ter, se for implantada uma verdadeira reforma agrária no País, principalmente porque, se chegarmos a isso, já estaríamos comemorando a construção de uma nova sociedade.

Neste sentido, a reforma agrária deverá ser o elemento impulsionador da luta de classes. Tendo em vista que as categorias irão ficando cada vez menores, uma grande massa de trabalhadores ficará sem trabalho, logo, será a maioria da população desatendida, contra uma minoria privilegiada. Será a classe trabalhadora com todas suas categorias, contra a classe dominante.

V. A reforma e o envolvimento de toda sociedade

A efetivação da reforma agrária deve superar os objetivos traçados na luta pela terra, isto porque deverá haver uma reformulação na estrutura agrária do país, possibilitando maior e melhor aproveitamento da terra, preservação do meio ambiente e planificação integral da economia e do desenvolvimento social das famílias que residem no meio rural.

Haverá, porém, que se acrescentar como parte integrante da reforma agrária, todas as condições de desenvolvimento social, cultural e humano, para que os assentados e trabalhadores agrícolas possam ser beneficiados pelas descobertas científicas em todas as áreas. Com isso, deverá haver melhorias na educação, na cultura, na arte, no lazer, etc.

Estes elementos complementares à distribuição de terra e de créditos, é que motivarão os trabalhadores em grande parte a retornarem e permanecerem na agricultura.

O caminho mais seguro para se resolver os problemas sociais do país é realizando a reforma agrária, implantando indústrias no campo, para que se possa integrar a mão-de-obra excedente na transformação da matéria-prima em produtos industrializados.

Se a reforma agrária abrange tudo isso, logo, os beneficiados não serão apenas os trabalhadores assentados, mas primeiramente, todos os trabalhadores que habitam nas áreas agrícolas do país, sejam eles pequenos ou médios proprietários, pois deverão se reorganizar e buscar novas formas de produzir e se integrar à vida social.

Em seguida, serão beneficiados os trabalhadores urbanos das cidades interioranas, que ficarão cercadas pelos assentamentos de reforma agrária, recebendo alimentação mais barata e de melhor qualidade, podendo adquiri-las nas feiras diretamente dos trabalhadores, sem depender dos intermediários.

Haverá, sem dúvida nenhuma, um desenvolvimento significativo do comércio em todas as áreas, pois havendo desenvolvimento econômico dos trabalhadores haverá necessidade de adquirir bens como: eletrodomésticos, materiais de construção, alimentos industrializados, etc.

Os grandes centros também serão beneficiados, na medida que os produtos alimentícios cheguem do campo com um preço mais barato para toda a população.

Na verdade, estes benefícios e facilidades não são apenas benefícios da reforma agrária, são benefícios que a agricultura oferece em qualquer parte do mundo, se estiver bem organizada. Isto porque é ela que sustenta, em grande parte, a economia de um país, oferecendo matéria-prima para que as indústrias possam ser movimentadas.

Além do mais, a exclusão social não será resolvida reivindicando empregos nas cidades, porque o custo para se criar um emprego é muito elevado. Neste caso, aumentará a indigência pois aumentará o desemprego, tendo em vista que haverá um significativo avanço na tecnologia de ponta e grande parte dos trabalhadores urbanos serão excluídos, por não haver necessidade de excessiva mão-de-obra ou por não possuírem qualificação adequada para atuarem nas áreas específicas de produção e prestação de serviços.

Há diferentes teorias sobre a questão da realização da reforma agrária. Uma delas afirma que: “não é necessário fazer a reforma agrária, pois há poucos trabalhadores que ainda querem trabalhar na agricultura”. Isto é totalmente equivocado, pois no Brasil, somente na categoria dos “sem-terras”, temos quase cinco milhões de famílias e, por outro lado, esta tese interpreta a reforma agrária apenas como distribuição de terra e não como uma política de desenvolvimento econômico, social, cultural, etc.

O simples fato de implantar agro-indústrias no campo, oferecerá trabalho para diferentes trabalhadores, vindos de diferentes categorias, como: engenheiros agrônomos, técnicos agrícolas, economistas, administradores de empresas, contadores, operadores de máquinas, instrutores para diferentes áreas, assistentes sociais, advogados, médicos,

dentistas, trabalhadores que cuidarão da produção, da comercialização, etc. Isto significa que não serão beneficiados apenas os trabalhadores cadastrados pelo INCRA, porque, aliás, esta é uma visão atrasada de reforma agrária que quer fazer o desenvolvimento social através da propriedade privada da terra e, pior ainda, da pequena propriedade.

Esta visão de reforma agrária se fundamenta no preconceito de que o trabalhador rural é imagem e semelhança do “Jeca Tatu”, esfarrapado, ignorante, submisso, sem consciência e sem capacidade nenhuma. Para estes, modernização é sinônimo de cidade ou de complexos agro-industriais que a burguesia implanta no campo.

O princípio fundamental para reorganizarmos a agricultura brasileira, deve estar baseado na **cooperação**. Isto não quer dizer que será obrigatório trabalhar de forma coletiva. Depende de cada situação concreta, mas mesmo que muitas famílias tenham que trabalhar em lotes individuais deverão estar articuladas e envolvidas em alguma forma de cooperação, para que haja planificação e aplicação de tecnologia também nas situações específicas.

Na grande maioria das áreas, principalmente as que estiverem localizadas perto dos grandes centros e cidades do interior, será necessário organizar empresas rurais, com caráter social, que possam produzir ali dezenas de produtos que serão consumidos pelos habitantes da própria empresa e pelos habitantes da cidade.

Nisso deve consistir a compreensão da reforma agrária no Brasil, no momento atual. O que não se pode fazer é submeter-se às metas do governo, que visa justamente o contrário, destinar as áreas que não estão produzindo, na maioria das vezes, de baixa fertilidade, longe dos centros urbanos, sem eletrificação rural, enfim, sem condição nenhuma de iniciar qualquer tipo de investimento, a não ser produzir para subsistência. Este modelo de reforma agrária está mais atrasado que os indicativos colocados no estatuto da terra, formulado pelos militares em 1964, que defendia a empresa rural e a criação de cooperativas.

Se este é o modelo de reforma agrária que defendemos, com certeza, ela não será implantada no Brasil, apenas com a realização de ocupações e

com o esforço somente da categoria dos “sem-terras”. Esta estratégia deve ser imposta à classe dominante, com o esforço de todos aqueles que, de uma forma ou de outra, possuem intenções de resolver os problemas sociais do povo brasileiro.

Vista dessa forma, a reforma agrária passa a ser uma bandeira de luta de todos os segmentos da sociedade, pois é a maneira mais simples de acabar, pelo menos, com a fome e com a indigência no país.

Na luta pela reforma agrária deverá haver a participação e a integração de todas as camadas sociais progressistas, principalmente as que se localizam em áreas próximas aos assentamentos e, também, das instituições como: prefeituras, escolas, faculdades, sindicatos de trabalhadores rurais, etc. Isto porque é necessário que se supere esta visão estreita, de que reforma agrária é apenas o que existe dentro da fazenda desapropriada, como se os assentados não precisassem de comércio, escola, não votassem em eleições, não tivessem condições de serem candidatos e assim por diante.

A cidadania será uma conquista que os próprios trabalhadores buscarão através da luta e esta iniciará pela integração do indivíduo ao processo de produção.

VI. Conclusão

Com estas páginas, procurou-se demonstrar qual é a intenção estratégica do MST na busca da execução da reforma agrária no Brasil. A estratégia, propriamente dita, será ainda produto de estudos profundos da realidade brasileira, principalmente das regiões onde se desenvolverá esta política de implantação da reforma agrária.

Olhando para a situação de miséria em que se encontra um terço da população brasileira e a imensa quantidade de terras que está sem produzir, não deve existir nada mais atrasado e ignorante do que se opor à realização da reforma agrária. Mas a realidade é diferente do que se pensa, isto porque, embora se tenha derrotado a ditadura militar no regime político brasileiro, a burguesia continua com o poder da terra, através do poder judiciário, que é hoje o maior impecilho para qualquer iniciativa que vise democratizar a posse e o uso da terra.

A filosofia e o sentimento de que a propriedade privada é a mola mestra de sustentação do capitalismo estão tão arraigados na consciência e na cultura brasileira que, muitas vezes, até mesmo os que não possuem terra se colocam contra as ocupações, pelo simples fato de se procurar transformar aquela área em propriedade social.

Somado ao poder judiciário temos as polícias civil, militar e federal, que são guardiãs da classe dominante na “defesa da lei”. Para estas não importa fome e desemprego, importa a ordem vinda do juiz ou dos próprios fazendeiros. Mas é preciso combatê-las e convencê-las de que a luta pela reforma agrária é o resgate da dignidade e da cidadania negada há muito tempo, juntamente com a proibição do acesso à terra.

Somente com a participação da sociedade com um todo será possível chegar à conquista da reforma agrária no Brasil. Neste sentido, é nossa a responsabilidade de alertamos para isso e, descobrirmos formas de convencer e envolver a sociedade com um todo, exceto a classe dominante que jamais concordará em lutar para democratizar a propriedade privada.

É por isso que o MST defende e acredita que a luta de classes continuará existindo, pois sentimos diariamente na pele o que isto significa, através dos confrontos que ocorrem nas áreas ocupadas, onde muitos de nossos companheiros já perderam a vida. Acreditamos que somente através da **prática e da luta de massas** será possível resgatar os princípios e ideais socialistas, já negados e abandonados por muitos setores da esquerda brasileira.

Por tudo o que foi dito é que continuaremos a lutar e defender que a “reforma agrária é uma luta de todos” aqueles que querem ver um Brasil mais digno, humano e igualitário.